


AO DOMINGO

O Governo deveria abster-se de tomar decisões relevantes em vésperas de eleições?



Clara Almeida Santos
Vice-reitora da Universidade de Coimbra

“ Há duas definições que se impõem: o que são ‘vésperas de eleições’ e o que são ‘decisões relevantes’.

Qualquer pessoa ou coletivo que ocupe um cargo de responsabilidade e poder de decisão com duração limitada (e com boa-fé) procurará cumprir aquilo a que se propôs até ao fim. E procurará, em simultâneo, não comprometer quem vier a seguir com situações potencialmente incómodas. Mas naturalmente, em final de ciclo, como aliás no seu início, há sempre uma ansiedade de performance com as motivações mais diversas. Em nenhum momento se incluem, certamente, na ordem do legítimo, atropelos justificados com argumentos altamente questionáveis ou nomeações de demérito.

Alguém com morte anunciada - acreditando ou não na ressurreição - fará o máximo com o tempo que lhe resta, cumprindo-se na medida da sua personalidade.☹☹



Elisa Ferreira
Eurodeputada do PS

“ Penso que sim. Um Governo tem de interpretar o interesse nacional, que é refletido pelo sufrágio dos eleitores. Durante quatro anos as ideias submetidas a votos vão-se alterando e à medida que o tempo vai passando torna-se essencial ou haver um consenso entre os maiores partidos, ou esperar até que os eleitores digam o que pensam. No caso, por exemplo, do metro do Porto, penso que se está a cometer um erro absolutamente lamentável de comprometer um projeto que é essencial para a Área Metropolitana do Porto, num concurso mal feito, precipitado e que levanta problemas éticos e políticos gravíssimos. É altamente reprovável esta decisão.☹☹



Sebastião Fayo
Reitor da Universidade do Porto

“ Eis uma questão importante que se aplica a todos os poderes executivos no sistema público, incluindo o governo de instituições públicas, como se aplica ao poder legislativo. Não há uma resposta única em abstrato, sendo que neste caso, como quase sempre na vida, o ‘bom senso’ tem um papel preponderante. A partir do início dos períodos eleitorais os vários poderes devem ser ‘parcimoniosos’ nas decisões. Podem e devem fechar dossiês e processos reconhecidamente discutidos e trabalhados. Mas devem abster-se de ‘precipitar’ decisões sobre processos que não foram capazes de resolver em tempo útil. Muito menos tirar da cartola e aprovar processos, leis ou decretos-leis nunca antes falados. Muito menos, ainda, assinar contratos gravosos para o futuro dos cidadãos, após resultados eleitorais negativos. De tudo isto já vimos no passado não distante. Estou convicto, tenho esperança, de que não o veremos no presente, o que seria um bom sinal da maturidade do Governo e do povo.☹☹